



GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO VICENTE DO SERIDÓ-PB

Maria Valquíria de Vasconcelos Cordeiro-

Mestranda –UFCG

Andreia Ferreira da Silva

Orientadora-UFCG

RESUMO EXPANDIDO

Este trabalho tem como objeto de estudo a gestão municipal da educação como objetivo analisar de que modo gestão municipal de educação de São Vicente do Seridó - PB se organiza para atender aos princípios de democratização da gestão do ensino em sua tríplice ação: acesso, permanência e qualidade da educação e em que medida transformou sua estrutura e funcionamento para as demandas da gestão democrática do ensino. Analisando dinâmica local a partir do contexto econômico, político e social em que este município está inserido, compreendendo-o como parte de “uma totalidade articulada, construída e em construção” (GAMBOA, 2007, p, 35). Entendendo por totalidade a “realidade como um todo estruturado, dialético, no e do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976. p. 44).

Esta análise buscará compreender a educação municipal em sua historicidade no marco temporal dos anos 1980 apontado politicamente pelo processo de transição democrática, pela elaboração da Constituição de 1988 e pelo anseio de um novo projeto de sociedade em torno dos valores de liberdade. A luta pela redemocratização do país está diretamente ligada à luta pela democratização da escola pública universal e de qualidade que a partir desse marco histórico assume o aspecto de ampla defesa do direito à escolarização para todos; a universalização do ensino e a defesa de maior participação e diálogo da comunidade escolar.

A Constituição Federal de 1988 consolidou importantes instrumentos de gestão pública com o processo descentralização e autonomia que significou avanços no novo

desenho federativo, no qual o município passa a compor a organização político-administrativa da Federação como entidade estatal autônoma. Assim, a Carta Magna deu abertura para o desenvolvimento da educação municipal. Segundo Lagares (2011, p.03) “os município devem proporcionar os meios necessários de acesso à educação, suplementando a legislação federal e estadual, e ainda em razão de sua autonomia, legislar a fim de proteger o interesse local”.

No contexto da reforma do Estado orientada pelos ideais do neoliberalismo e/ou neoconservadorismo as políticas voltadas para os municípios sofreram alterações no que tange a defesa da democratização da gestão e da ampliação do controle social. A descentralização, processo de transferência de responsabilidade de implementação das políticas sociais da União para os Estados e Municípios, aparece como parte central no processo da reforma. Todavia, essa descentralização não correspondeu às demandas de ampliação das práticas democráticas e de maior autonomia, defendida pelos ideais progressistas dos anos 1980.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996 retoma e amplia o que foi estabelecido na Constituição Federal, quanto ao processo de descentralização por meio do regime de colaboração e acrescenta a obrigatoriedade da gestão democrática do ensino público, a organização dos sistemas municipais de ensino bem como o que compete aos estabelecimentos de ensino e aos docentes. “Os anos 90 reflete um contexto em que a luta pela democratização do ensino assume, no âmbito da educação básica, o caráter de qualidade, da busca da permanência e da conclusão da escolaridade como um direito social” (OLIVEIRA, 2009).

A pesquisa está e processo inicial de desenvolvimento. Foram escolhidos os seguintes procedimentos metodológicos: a análise bibliográfica e documental e a entrevistas semiestruturadas. De acordo com o campo teórico e os objetivos da presente pesquisa, serão analisados seguintes documentos: A nível nacional: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9394/1996); dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE); o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre outros. A nível municipal serão analisados os seguintes documentos: a Lei Orgânica do Município, o Plano Municipal de Educação, O Plano Carreira e Remuneração do Magistério Público entre outros documentos. As entrevistas semiestruturadas serão realizadas com o dirigente da Secretaria Municipal de Educação e como gestores do município, buscando compreender como estes sujeitos entendem a gestão democrática, como a Secretária Municipal de Educação e como as escolas se organizam para responder ao princípio de gestão democrática.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 20. maio. 2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 20. Maio. 2017.

CAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chápeco, Argos, 2007.

LAGARES Rosilene. **A educação municipal no Brasil a partir dos anos 1980: mudanças no campo das idéias, das práticas e da institucionalização**. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT05-6495--Int.pdf>> Acesso em 15.nov.2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática no contexto das reformas do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (org). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.